

O DESMONTE DE POLÍTICAS COMO UM TIPO PARTICULAR DE MUDANÇA NOS ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN¹
MARIA ALEJANDRA NICOLÁS²
FLAVIO GAITÁN³

RESUMO

A abordagem da *policy dismantling* considera o desmonte como um tipo particular de mudança na política pública, e refere-se às estratégias, condições e causas que levam os políticos a mudarem certas políticas públicas. Distancia-se da ideia de extinção de uma política pública, pois esta continua a existir, porém, com mudanças que enfraquecem sua implementação. A partir da análise de dados bibliométricos de artigos disponibilizados nas plataformas Scielo e DOAJ, este artigo resgata a construção teórica sobre os temas da mudança e desmonte de política pública e como eles têm aparecido nos estudos Latino Americanos, além de apresentar uma breve análise sobre o desmonte das políticas públicas argentinas iniciadas no Governo de Milei. Como resultado da pesquisa, foram identificados 40 artigos, em 38 revistas científicas, em diferentes áreas do conhecimento que mencionam o tema do desmonte das políticas públicas, em sua quase totalidade, discutindo o caso brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Mudança de política pública; Desmonte de política pública; América Latina.

POLICY DISMANTLING AS A PARTICULAR TYPE OF CHANGE IN LATIN AMERICAN STUDIES

ABSTRACT

The policy dismantling approach considers dismantling as a particular type of change in public policy, and refers to the strategies, conditions, and causes that lead politicians to change certain public policies. It distances itself from the idea of extinction a public policy, as it continues to exist, but with changes that weaken its implementation. Based on the analysis of bibliometric data from articles made available on the Scielo and DOAJ platforms, this document rescues the theoretical construction on the themes of change and dismantling of public policy, how these themes have emerged in Latin American studies, in addition to presenting a brief essay on the dismantling of Argentine public policies initiated by the Milei Government. As a result of the research, 40 articles were identified in 38 scientific journals, in different areas of knowledge that mention the theme of dismantling public policies, almost all of them discussing the Brazilian case.

KEYWORDS

Public policy change; Policy dismantling; Latin America.

¹ Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: silviaz@ufrrj.br.

² Professora da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Email: maria.nicolas@unila.edu.br.

³ Professor da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Email: flavio.gaitan@unila.edu.br.

LE DÉMANTÈLEMENT POLITIQUE COMME TYPE PARTICULIER DE CHANGEMENT DANS LES ÉTUDES LATINO-AMÉRICAINES

RÉSUMÉ

L'approche du démantèlement des politiques considère le démantèlement comme un type particulier de changement de politiques publiques et fait référence aux stratégies, conditions et causes qui conduisent les politiciens à modifier certaines politiques. Elle se démarque de l'idée d'extinction d'une politique publique, telle qu'elle continue d'exister, avec toutefois des changements qui fragilisent sa mise en œuvre. Basé sur l'analyse des données bibliométriques des articles disponibles sur les plateformes Scielo et DOAJ, ce document récupère la construction théorique sur les thèmes du changement et du démantèlement des politiques, comment ces thèmes sont apparus dans les études latino-américaines, et présente une brève essai sur le démantèlement des politiques publiques argentines initiées sous le gouvernement de Milei. À la suite de la recherche, 40 articles ont été identifiés, dans 38 revues scientifiques, dans différents domaines de connaissance qui évoquent le thème du démantèlement des politiques publiques, discutant presque entièrement du cas du brésilienne.

MOTS-CLÉS

Changement de politique publique; Démantèlement de la politique publique; Amérique Latine.

EL DESMANTELAMIENTO DE LAS POLÍTICAS COMO UN TIPO PARTICULAR DE CAMBIO EN LOS ESTUDIOS LATINOAMERICANOS

RESUMEN

El enfoque de *policy dismantling* considera el desmantelamiento como un tipo particular de cambio en la política pública, se refiere a las estrategias, condiciones y causas que llevan a los políticos a cambiar determinadas políticas. Se distancia de la idea de extinguir una política pública, que sigue existiendo, pero con cambios que debilitan su implementación. A partir del análisis de datos bibliométricos de artículos disponibles en las plataformas Scielo y DOAJ, este documento rescata la construcción teórica sobre los temas de cambio y desmantelamiento de las políticas públicas, cómo estos temas han aparecido en los estudios latinoamericanos, y presenta una breve ensayo sobre el desmantelamiento de las políticas argentinas iniciadas bajo el gobierno de Milei. Como resultado de la investigación, se identificaron 40 artículos, en 38 revistas científicas, en diferentes áreas del conocimiento que mencionan el tema del desmantelamiento de políticas públicas, discutiendo casi en su totalidad el caso brasileño.

PALABRAS CLAVE

Cambio de política pública; Desmonte de política pública; América Latina.

INTRODUÇÃO

Na antropologia, o tema da mudança está vinculado às mudanças culturais e mudanças sociais. Barfield (2001), em seu Dicionário de Antropologia, traz uma breve descrição para estes dois conceitos, sobretudo, destaca as fragilidades dos argumentos centrados em lógicas estáticas⁴. A sociedade muda, as culturas mudam. No princípio dos anos 2000, o autor reconhecia existir uma irregularidade na mudança social, bem como múltiplos percursos históricos e culturais, "onde visões globalizantes realçam o fato de as comunidades, independentemente da sua dimensão ou isolamento, fazerem parte de mudanças políticas e econômicas globais que não têm um rumo único nem têm um efeito homogeneizador" (Barfield, 2001, p. 134). Essa perspectiva sobre as mudanças sociais envolve questões que também estão presentes em outros campos das ciências sociais, as quais abordaremos neste artigo. O tema da mudança tem sido recentemente vinculado à ideia de desmonte (*policy dismantling*), entendido como um tipo particular de mudança nas políticas públicas. Esta abordagem refere-se às estratégias, condições e causas que levam os políticos a mudarem certas políticas públicas. Nota-se, entretanto, que o contexto político que analisamos neste artigo é atual, permeado pelas disputas ideológicas assentadas em uma narrativa de contraposição entre uma direita conservadora e uma esquerda taxada de comunista, por meio da chamada guerra cultural, que fala de suposto domínio cultural comunista formado por ideias disseminadas por professores, universidades e artistas. Nesse cenário, as mudanças políticas ocorrem em meio ao esgarçamento dos modelos eleitorais democráticos e de governos promotores de políticas sociais, em prol de uma forte retomada do discurso neoliberal, de individualização das responsabilidades sociais e de redução do Estado.

No *Dicionário de Políticas Públicas* (Di Giovanni; Nogueira, 2015), destaca-se que todo processo de mudança social equaciona a dialética de continuidade e ruptura, abordando o que será descartado, o que será mantido e o que será incorporado como novo. Em certa medida, o resultado dessa equação depende de fatores como a relação de forças em disputa, a capacidade política, os projetos envolvidos, entre outros. Além disso, interessa indagar quem são os sujeitos que tentam impor seus interesses, mesmo em condições que

⁴ Agradecemos a leitura atenta para versão final desse artigo da professora Monique Florencio de Aguiar, que nos alertou sobre questões relevantes no debate da mudança no campo da antropologia. Em suas palavras, a professora Monique nos disse: "Ao falar em mudança, é oportuno lembrar que na antropologia temos uma corrente, dentro de uma escola, que enfocou explicitamente este tema: a terceira geração de antropólogos da escola estrutural-funcionalista. Destacam-se Max Gluckman e Edmund Leach (década de 1990), que fizeram pesquisas de campo em contextos coloniais. Assim, uma mudança social e cultural se processava, a partir da interação entre diferentes grupos de colonizados e de colonizadores, mas o processo político estava por trás das mudanças sociais e culturais".

não foram determinadas por eles. Portanto, torna-se relevante compreender a tensão inerente ao processo, bem como as condições objetivas e subjetivas que o influenciam.

Se, de um lado, mudar uma política pública⁵ é um processo natural de uma busca contínua de formas de solução para os problemas públicos, de (re)adequar objetivos e investimentos — sejam eles de infraestrutura, recursos humanos ou monetários —, por outro lado, a mudança simboliza uma ruptura com padrões existentes, representando uma proposição intencional de alteração de rota das ações em questão. Portanto, a mudança não necessariamente implica continuidade, inclusive na leitura de como um problema público é compreendido e abordado. Nesse sentido, para entender a mudança nas políticas públicas, é preciso refletir sobre as diferentes formas de interpretação aderidas às mudanças observadas e sobre como os autores da ciência política traçaram teorias explicativas sobre seus significados, seus formatos e suas possibilidades. Em sistemas políticos complexos, com a participação de diferentes atores políticos, essas mudanças são moldadas pela combinação de relações de coalizão, que variam ao longo do tempo, em que por vezes existem alguns laços mais perenes e outros mais pontuais, mas que são determinantes no (re)estabelecimento dos rumos das políticas públicas.

Nota-se que o conceito de desmonte, como um tipo particular de mudança de política pública, distancia-se da ideia de extinção de uma política pública, na medida em que esta continua a existir, porém com alterações que enfraquecem sua implementação. O fenômeno de desmonte de políticas públicas tem sido verificado em diferentes países da América Latina, com estudos que analisam o caso argentino e brasileiro, por exemplo, o que contribui para que o conceito de desmonte seja utilizado para compreender as dinâmicas da região (Sabourin; Craviotti; Milhorange, 2020).

O presente artigo tem por objetivo mostrar como os temas da mudança e do desmonte das políticas públicas têm sido tratados nos estudos acadêmicos latino-americanos⁶. A pesquisa foi realizada a partir da análise de dados bibliométricos de artigos sobre países latino-americanos disponibilizados na plataforma Scielo e DOAJ, no período de 2000–2024, e tem por objetivo identificar a construção teórica sobre os temas da mudança e

⁵ Parte-se do entendimento que uma política pública incorpora, por um lado, modelos causais (racionalidade técnica) e, por outro, ações dialógicas (referência a valores e princípios democráticos). Uma política pública é elaborada para mitigar ou solucionar problemas públicos. Portanto, considera-se que uma política pública é um processo mais que um ato de decisão (tomada de decisão) integrado por várias ações intelectuais e ações políticas (Aguilar Villanueva, 2012; Saravia; Ferrarezi, 2006; Muller, 1998).

⁶ A pesquisa integra uma série de estudos mais amplos que buscaram entender e discutir o fenômeno do desmonte de políticas públicas para o rural brasileiro e latino americano (Grisa *et al.*, 2022; Zimmermann; Nicolás, 2022; Zimmermann; Delgado, 2022; Nicolás; Zimmermann, 2021). Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no *XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP)*, Santiago, Chile, 21–23 julho de 2022. Após os comentários, o artigo sofreu ajustes, atualizações e revisões que integram essa versão atual.

desmante (*policy dismantling*) de política pública nas ciências sociais, e como estes temas têm aparecido nos estudos latino-americanos, em diferentes áreas. Os seguintes termos foram utilizados como critérios para mapear os artigos: i) austeridade fiscal; ii) desmantelamento; iii) desmante de políticas públicas (*policy dismantling*); iv) descontinuidade de políticas públicas; v) desconstrução de políticas públicas; vi) desregulação (*deregulation*); vii) retração (*retrenchment*) — com suas traduções para o espanhol. Como resultado, foram identificados 1489 artigos, dos quais apenas 40 atendiam aos critérios mencionados acima para serem analisados e debatidos.

Além dessa introdução, este artigo propõe cinco outros itens. No primeiro, apresentamos algumas abordagens teóricas que tratam de mudança nas políticas públicas. No segundo, avançamos na discussão do referencial teórico do desmante (*policy dismantling*), como um tipo particular de mudança de política pública. No terceiro, apresentamos detalhes da metodologia utilizada e dos resultados encontrados. Além disso, trazemos uma breve análise sobre o desmante das políticas públicas argentinas iniciadas no Governo de Milei. Esta divisão das seções busca apresentar o tema da mudança nas políticas públicas, evidenciar como este tema aparece nos estudos latino-americanos e trazer reflexões sobre o atual momento de mudança na política Argentina.

AS ABORDAGENS DE MUDANÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo da mudança na análise das políticas públicas refere-se à investigação e à caracterização das alterações ocorridas na própria política, portanto, interessa estudar o objeto, o grau e os efeitos da mudança (Hoeffler; Ledoux; Prat, 2019). Um dos estudos seminais da literatura que aborda a questão das mudanças, especialmente na análise comparada de políticas públicas, é estudo de Hogwood e Peters (1982), que sustenta que grande parte da formulação de políticas consiste, de fato, em uma sucessão de políticas públicas, ou seja, na substituição de um programa existente por outro, porém, a partir de uma estrutura pré-existente. A literatura que se interessa por analisar a mudança de política pública busca analisar: i. o objeto, o grau e os efeitos da mudança; ii. a mudança institucional ou de atores; iii. os instrumentos de política pública e as ideias (Boussagnet; Jacqot; Ravinet, 2019).

Assim, a partir dos focos de interesse sobre a mudança de política pública, na literatura, especialmente no campo da ciência política, podem ser mapeadas diversas abordagens. Uma dessas perspectivas focaliza no papel dos atores e no processo de tomada de decisão, com destaque para os trabalhos de autores clássicos em política pública, como Lindblom (1959), que aborda a tomada de decisão incremental no final dos anos de 1950.

Esse modelo enfatiza as limitações do tomador de decisões racional e o caráter político do processo de formulação de políticas (Denhardt; Catlaw, 2017; Marques; Faria, 2013).

Outro trabalho clássico que aborda a mudança a partir da análise dos atores é o modelo de múltiplos fluxos de Kingdon (2014). Desenvolvido na década de 1980, esse modelo explica a montagem da agenda pública com base em pesquisas sobre a iniciação de políticas no congresso dos Estados Unidos. Para Kingdon, a mudança de agenda pública é resultado da confluência de três fluxos que operam em trajetórias distintas — problemas, políticas públicas e política — resultando na abertura de janelas políticas quando suas trajetórias se cruzam ou são aproximadas pelas atividades de empreendedores que interconectam os problemas, as soluções e as oportunidades (Capella, 2018).

Um diálogo entre as abordagens mencionadas é realizado pelo modelo do equilíbrio interrompido (*Punctuated Equilibrium*), desenvolvido por Frank Baumgartner e Bryan Jones na década de 1990. Este modelo postula que os processos políticos são, em geral, caracterizados por estabilidade e incrementalismo, pontuado ou interrompido ocasionalmente por mudanças de larga escala, nas quais os períodos de estabilidade e crises se alternam, gerando mudanças (Capella, 2006). A abordagem desses autores busca explicar os momentos de descontinuidades ou interrupções (*punctuations*) e de continuidades (*stasis*) nas políticas, argumentando que o mesmo sistema institucional é capaz de gerar tanto mudanças pequenas e graduais quanto grandes rupturas (Araújo; Rodrigues, 2017).

Outra abordagem que se concentra na mudança de políticas públicas é aquela que enfatiza as dimensões cognitivas da ação pública⁷, com especial atenção ao papel das ideias. Na ciência política francesa, que mantém uma relação estreita com o campo da sociologia e da história, as abordagens cognitivas têm ocupado um papel central na análise das políticas públicas (Tomazini, 2018). Essas abordagens investigam o impacto das normas sociais, de forma ampla, sobre as políticas públicas e, em particular, sobre os comportamentos sociais. Especificamente, mencionamos dois trabalhos que tiveram como interesse analisar as mudanças das políticas públicas sob essa perspectiva, por um lado, a expressão genérica que integra os paradigmas (Hall, 1993) e, por outro, os sistemas de crenças do modelo *Advocacy Coalition Framework* (ACF), originalmente desenvolvido por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith na década de 1980 (Muller, 2008).

O estudo de Peter Hall (1993), que aborda a natureza da aprendizagem social e o processo pelo qual as políticas mudam, preparou o terreno para inúmeros estudos empíricos sobre mudança de política, adotando tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas

⁷ A ideia de ação pública remete à análise da política pública, a partir de cinco variáveis interrelacionadas: 1) atores (individuais ou coletivos); 2) representações (marcos normativos e cognitivos); 3) instituições (normas que orientam a ação); 4) processos (resultado da combinação das variáveis anteriores); 5) Resultado (efeitos nas organizações e comportamento, e no problema a ser resolvido) (Lascoumes; Le Galès, 2014).

(Tosun; Schnepf, 2020). O autor investiga a formulação de políticas macroeconômicas na Grã-Bretanha, durante os anos 1970–1989, onde o pano de fundo identificava oscilações entre os paradigmas de inspiração keynesiana e monetarista. Para tanto, Hall distingue três níveis de mudança: 1. alterações nas configurações dos instrumentos básicos da política, “[...] processo pelo qual configurações do instrumento são alteradas à luz da experiência e novos conhecimentos, enquanto o objetivo geral e instrumentos de política permanecem os mesmos” (Hall, 1993, p. 278); 2. mudanças nos próprios instrumentos de política, bem como em suas configurações, em resposta a experiências recentes, embora os objetivos gerais da política permaneçam inalterados; e 3. mudanças que afetam tanto os instrumentos e suas configurações quanto os objetivos da política.

Por outro lado, o *Advocacy Coalition Framework* (ACF) surgiu de uma insatisfação com as teorias políticas contemporâneas, especialmente em relação aos desafios associados ao ciclo de políticas públicas no avanço do conhecimento sobre o processo político (Weible; Jenkins-Smith, 2016). O ACF explica as mudanças nas políticas públicas a partir do papel das coalizões promotoras na desestabilização dos sistemas de crenças (Bernardino, 2021). Essa abordagem se baseia na premissa de que os indivíduos são dotados de uma racionalidade limitada e, portanto, tendem a simplificar o mundo que os cerca através de um sistema de crenças. O ACF classifica as mudanças de políticas públicas tanto em função de mudanças significativas externas (como nas condições econômicas e sociais) quanto internas ao subsistema da política. Essas mudanças podem impactar a distribuição dos recursos políticos, como financeiros ou de apoio da opinião pública, o que pode levar à substituição da coalizão dominante, além de influenciar o aprendizado orientado à política e aos acordos negociados entre coalizões rivais (Ma; Vieira, 2020).

Por fim, cabe destacar as abordagens de mudança de política pública a partir da perspectiva neo-institucionalista, que priorizam o estudo da estabilidade e mudança das instituições, sendo esta última resultado de crises exógenas ao próprio sistema. A política comparada tem utilizado o conceito de *path dependence* para auxiliar na compreensão das trajetórias das políticas econômicas dos países (Fernandes, 2002). Por outro lado, o estudo de Mahoney e Thelen (2009) propõe uma teoria de mudança institucional gradual, com ênfase nos processos de mudança e estabilidade, concentrando-se nas lutas, na distribuição de poder e nos arranjos institucionais vigentes. Outra abordagem, diretamente relacionada ao foco de interesse do presente artigo, é a discussão sobre o desmonte (*policy dismantling*) dos autores Adam *et al.* (2007), Bauer (2009), Bauer e Knill (2014), que tem sido abordada como um tipo particular de mudança de política pública. O foco de interesse dessa abordagem é investigar o comportamento das elites políticas e em que medida este é moldado pelas instituições e pelos contextos políticos. Em última análise, o foco recai sobre as decisões dos atores e as estratégias de desmonte.

No Quadro 1, apresentamos de forma resumida as principais abordagens discutidas ao longo desta parte do artigo. Na próxima seção, será discutida em detalhe a perspectiva do desmonte desenvolvida pelos autores.

Quadro 1. Síntese das principais abordagens e os principais autores vinculados ao tema de mudança nas políticas públicas

| Enfoques | Principais perspectivas sobre mudança nas políticas públicas | Principais autores |
|--|---|--|
| Papel dos atores e processo de tomada de decisão | Tomada de decisão incremental Múltiplos fluxos Equilíbrio interrompido (<i>Punctuated Equilibrium</i>) | Charles Lindblom (final dos anos de 1950) John Kingdon (década de 1980) Frank Baumgartner e Bryan Jones (década de 1990) |
| Dimensão cognitiva e Ação pública | <i>Advocacy Coalition Framework</i> (AFC) <i>Paradigmas e níveis de mudança</i> | Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (década de 1980) Peter Hall (início dos anos de 1990) |
| Neoinstitucionalista | <i>Path dependence</i> <i>Policy dismantling</i> | Mahoney e Thelen (final dos anos de 2000) Adam <i>et al.</i> (2007), Bauer (2009), Bauer e Knill (2014) |

Fonte: elaboração própria (2024).

O DESMONTA (*POLICY DISMANTLING*) COMO UM TIPO PARTICULAR DE MUDANÇA DE POLÍTICA PÚBLICA

Nota-se que a discussão sobre mudança nas políticas públicas, como abordado no item anterior, abrange diferentes etapas do ciclo de políticas públicas, uma vez que essas mudanças podem ocorrer em distintos momentos. Nesse contexto, as teorias sobre mudança identificadas aparecem vinculadas a momentos específicos do *policy cycle*,

destacando-se as fases de entrada do tema na agenda, tomada de decisão e extinção de uma política pública (Jann; Wegrich, 2007).

Adam *et al.* (2007), Bauer (2009), Bauer e Knill (2014) elaboram a teoria de desmonte (*policy dismantling*) como um tipo particular de mudança de política pública. Esses autores propõem um modelo analítico que se concentra no estudo das condições, estratégias e causas da mudança, aspectos até então ausentes nas discussões teóricas sobre a extinção de políticas públicas. A perspectiva adotada por esses autores busca distinguir o término das políticas e outras formas de mudança de política, como o desmonte ou a mudança organizacional (Bauer, 2009).

Bauer (2009) se questiona onde reside o limite entre mudança, renovação e término das políticas públicas, considerando que as experiências dos modernos Estados de Bem-Estar Social europeus estavam sujeitas a um processo contínuo de mudança, em sua maior parte, incremental. Contudo, notavam-se particularidades que não eram captadas pelas teorias até então elaboradas. Para o autor, a análise política contemporânea deve, por um lado, buscar compreender a suposta relação entre o aumento da incapacidade de governança e o desmantelamento malsucedido de tarefas, e, por outro, buscar realizar uma categorização teórica sistemática do fenômeno da extinção da política (como bem-sucedido ou impedido).

Essas ideias contribuem para a elaboração da teoria do desmonte, que trata da mudança em um momento específico do ciclo de políticas públicas. Essa mudança não se caracteriza exatamente como uma extinção, tampouco como uma ação incremental apenas, mas combina diferentes abordagens discutidas até então no âmbito das teorias de mudança. A perspectiva visa, sobretudo, entender as possíveis motivações dos atores políticos ao executarem um desmonte. Isso porque Bauer e Knill (2014) compreendem que a estrutura analítica para entender o desmonte não deve focar apenas nas políticas públicas em si, mas também nos políticos, analisando como estes optam por realizar ou não o desmonte e quais estratégias adotam para implementá-lo.

A teoria sobre o desmonte é descrita no documento "*Understanding policy Dismantling: an analytical framework*", elaborado por Bauer e Knill (2014), que defendem que a mudança pode ocorrer tanto por expansão das políticas públicas (em que novas políticas são adicionadas às existentes, resultando em um aumento no número de instrumentos e na restrição em níveis regulatórios), quanto por desmonte (quando a política existente é extinta, o número de instrumentos é reduzido, e se estabelecem níveis regulatórios fracos ou inexistentes).

As estratégias utilizadas pelos atores políticos para promover essa mudança particular podem ocorrer de formas diferentes e afetam as políticas públicas em termos de densidade e intensidade, com indicadores detalhados para mensurar essas variações. O

desmonte na densidade implica até que ponto uma determinada área de políticas públicas é tratada pelas atividades governamentais e, também, a diferenciação interna de um determinado campo, subcampo ou item de política. Em resumo, trata-se da redução do número de políticas públicas e, dentro destas, do número de instrumentos mobilizados.

A intensidade do desmonte pode ser percebida pela condição substancial e formal desse processo, em que a intensidade substancial se refere ao nível e ao escopo da intervenção governamental, considerando os níveis dos ajustes realizados, se mais rigorosos ou mais brandos, se os efeitos das alterações se tornaram crescentes ou decrescentes nos resultados da política pública. A intensidade formal é definida pela capacidade de execução de uma política pública, e implica a redução no número de beneficiários (focalização forçada), nos recursos orçamentários e humanos, e no número (criação e extinção) de organizações vinculantes. Nesse sentido, as capacidades administrativas são relevantes tanto para as políticas regulatórias quanto para as não regulatórias⁸, afetando o número e o peso político das agências envolvidas (e desmontadas), e reduzindo a participação de atores nas decisões relacionadas às políticas públicas.

Bauer e Knill (2014) explicam que a mudança exercida por meio do desmonte, é resultado de escolhas realizadas pelos políticos, os quais têm como “meta referênci” permanecer no cargo nas próximas eleições. Essas escolhas são também mediadas por diferentes fatores que afetam os políticos na escolha pela melhor relação custo/benefício. Esses fatores incluem: os fatores externos e/ou condições macro prevalentes, como crescimento econômico ou a disseminação transnacional de certas ideias, que podem ser muito específicas para cada caso e, portanto, difíceis de teorizar antecipadamente; as oportunidades e restrições institucionais decorrentes do sistema político; e os fatores situacionais.

Nesse contexto, os políticos podem optar por ocultar ou divulgar suas ações, em função das alianças e dos possíveis ganhos e perdas políticas resultantes. É a partir dessa compreensão que Bauer e Knill (2014) propõem quatro tipologias para o desmonte, apresentadas a seguir de forma bem resumida: i) desmonte por padrão, que representa uma não decisão pelo desmonte, tem baixa visibilidade e atrai menos atenção política; ii) desmonte por mudança de arena, fruto de uma decisão ativa pelo desmonte, mas é considerada de baixa visibilidade, já que mantém parcialmente a institucionalidade e pode não ser imediatamente percebida pelos beneficiários da política pública; iii) desmonte por ação simbólica, de alta visibilidade, quando os atores políticos deliberadamente declaram suas intenções de desmontar as políticas existentes, contudo, as declarações políticas não

⁸ Os instrumentos políticos baseados na autoridade envolvem a regulação, principalmente econômica e social. Uma regulação política é uma prescrição governamental que pode assumir várias formas (regras, padrões, licenças, proibições, leis e ordens executivas) que devem ser cumpridas pelos alvos previstos, caso contrário acarretam penalidades (Capella, 2018).

levam a resultados necessariamente e, por isso, é simbólico; iv) desmonte ativo, que evidencia uma decisão de desmonte por parte dos políticos e tem alta visibilidade, sendo que os políticos não apenas querem ser reconhecidos pelo desmonte, mas podem realmente querer desmontar a política pública, muitas vezes devido às suas referências ideológicas, que os levam a acreditar que o desmonte é a melhor solução para o problema público em questão.

Para Bauer e Knill (2014), a estratégia de desmonte escolhida pelos atores políticos será aquela em que os benefícios do desmonte superem os custos implicados, sendo essa escolha mediada por vários fatores externos que podem ser concebidos como oportunidades e/ou restrições políticas. Entre esses fatores, destacam-se os momentos de crises financeiras públicas, pressões internacionais e/ou supranacionais, o tipo de política, a política partidária e o estágio do ciclo eleitoral, que são identificados como os principais fatores geradores de oportunidades para esse tipo particular de mudança.

OS ARTIGOS QUE TRATAM DO DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA

Os artigos foram identificados nas plataformas Scielo e DOAJ, que são as bases abertas em cobertura de revistas brasileiras e de países latino-americanos e que, também, disponibilizam metadados qualificados, através da plataforma do *Dimensions*⁹. Os critérios utilizados para a busca foram: 1) terem sido publicado no período entre janeiro de 2000 até julho de 2024; 2) conterem os termos: “austeridade fiscal”; “desmantelamento”; “desmonte de políticas públicas”; “descontinuidade de políticas públicas”; “desconstrução de políticas públicas”; “desregulação”; “retração”, e suas traduções em espanhol; 3) apresentarem o formato de artigos científicos publicados em revistas científicas.

A identificação dos artigos no banco de dados considerou o período de janeiro de 2000 até julho de 2024, abrangendo tempo amplo, de mais de duas décadas, por entendermos que assim seria possível perceber o tratamento da temática que focamos nesta pesquisa ao longo de diferentes governos na região. Levamos em consideração que, nos países latino-americanos, sucederam-se governos de esquerda e direita do espectro partidário ao longo desses anos¹⁰, gerando janelas de oportunidades para mudanças nas políticas públicas. A literatura tem apontado a década de 2000 como uma guinada à esquerda, na qual em vários países da região se elegeram lideranças de esquerda e, logo, houve experiências de governos mais próximos da direita do espectro partidário (Friedman; Rossi; Tabbush, 2020).

⁹ Para maiores informações, consultar: <https://app.dimensions.ai>. Acesso em: 10 dez. 2024.

¹⁰ A coleta dos artigos nas plataformas foi realizada durante maio de 2022 e agosto de 2024.

Inicialmente foram coletados 1489 artigos no período da pesquisa. Na sequência, a partir da leitura de todos os resumos, foram filtrados apenas aqueles em formatos de artigos científicos publicados em revistas científicas. Posteriormente, do total, apenas 40 artigos em português e espanhol foram incluídos no banco de dados para a análise mais aprofundada, pois a maioria não discorria sobre nenhum dos parâmetros da pesquisa. A identificação de artigos que mencionam os termos selecionados na pesquisa, mas que em sua essência não apontam claramente teorias correlacionadas e aprofundam este debate, vem de encontro com pesquisa realizada anteriormente por Nicolás e Zimmermann (2021).

Entre os 40 artigos identificados, o termo “desmonte” é o mais empregado (em 29 artigos), sendo seguido pelo termo “desmantelamento” (7 artigos). Nota-se que, em certos artigos, estão presentes tanto o termo “desmonte” quanto “desmantelamento” em simultâneo, sendo menos comum os termos “descontinuidade” (4 artigos) e “continuidade” e “descontinuidade” (1 artigo). A quase totalidade menciona o processo de desmonte de políticas nacionais brasileiras nas mais diferentes áreas, de forma mais genérica, sendo que apenas três destes artigos abordam a teoria do *policy dismantling* mais diretamente, dois analisando a política para agricultura familiar no contexto do Mercosul e um dirigido à análise da política brasileira de inovação científica (Grisa; Niederle, 2021; Grisa *et al.*, 2022; Cavalcante, 2024).

Portanto, nos resultados coletados, nota-se que o quadro teórico sobre o tema da mudança nas políticas públicas, em específico o tipo particular do desmonte, permanece pouco utilizado nos artigos das revistas científicas para explicar a realidade dos países latino-americanos. Inclusive, a discussão de extinção e terminação de políticas públicas que surge na ciência política, ainda no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 (Bardach, 1976; De Leon, 1983), que antecede a proposta analítica do *policy dismantling*, também é muito recente na literatura latino-americana. Cabe apontar que o contraste entre *policy dismantling* e *policy termination* revela nuances no estudo das mudanças nas políticas públicas. Enquanto o desmonte implica um enfraquecimento estratégico das políticas por meio de ajustes em sua implementação, o término refere-se à extinção completa. Bauer (2009) e Bauer e Knill (2014) enfatizam que o desmonte constitui um tipo específico de mudança, envolvendo as condições, as estratégias e as causas que não se limitam ao encerramento de políticas. Ainda que, em alguns casos, o desmonte possa operar como um estágio preliminar ao término, é substancial considerar o contexto nacional, já que subjetividades locais podem moldar essas dinâmicas de forma distinta. Em cenários de maior complexidade, como em países fora do contexto europeu analisados por Bauer e Knill (2014), os limites entre desmonte e término podem ser mais fluidos, exigindo um diálogo crítico com a teoria em benefício de uma abordagem decolonial. Portanto, ao aplicar esses conceitos, é pertinente problematizar como tais mudanças refletem estratégias políticas específicas que vão além de uma

linearidade entre desmonte e término, destacando a necessidade de investigar as peculiaridades locais. Ainda, é de destacar que, nos artigos identificados, não constatamos que as reflexões sobre o desmonte de políticas públicas vêm ocorrendo a partir de outras referências e noções, de modo geral, mesmo que mais amplas e não necessariamente no campo da *policy dismantling*, *policy change* e *policy termination*.

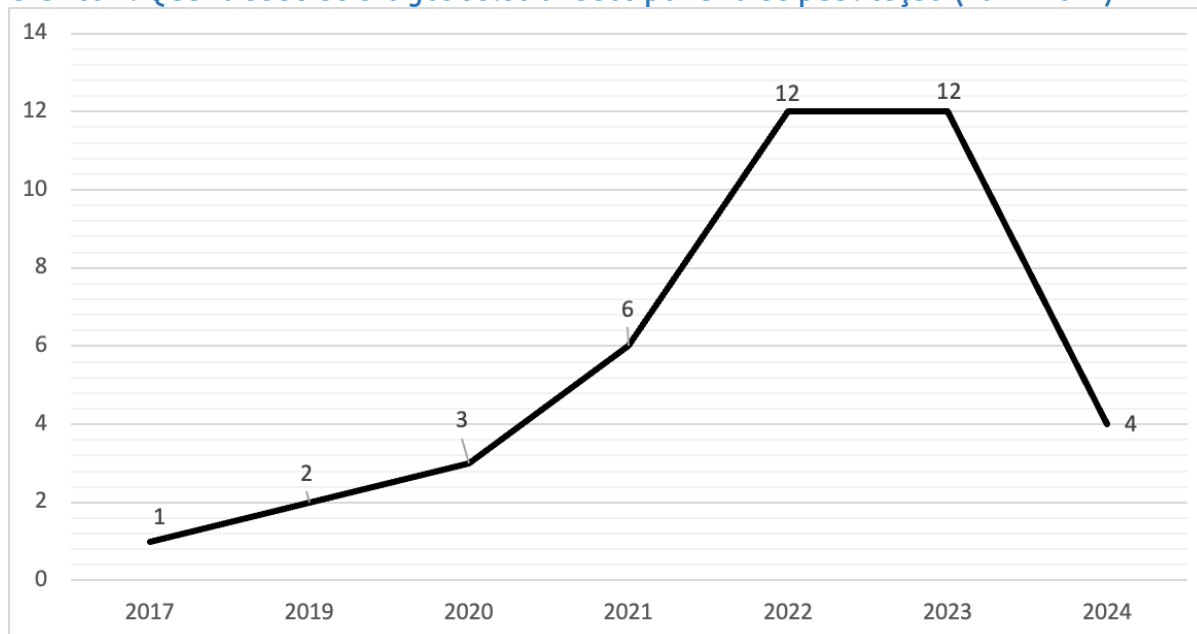
A partir dos artigos selecionados, foi elaborado um protocolo de leitura com o intuito de analisar as temáticas abordadas, objetos de estudo, ano de publicação, as revistas científicas e suas áreas temáticas. A totalidade de artigos analisados são de revistas brasileiras e publicações em português, portanto, não encontramos artigos de outros países da América Latina que tratam da teoria do desmonte, embora tenhamos encontrado um artigo que menciona, de forma muito pontual, o termo do desmonte da política econômica na Venezuela. Isso, por um lado, pode apontar a falta de discussão e aplicação dessa teoria nos estudos sobre a região, ou a necessidade de pesquisar outras plataformas de bases de dados, como o Latindex¹¹.

No Gráfico 1 a seguir, é possível observar que os artigos analisados correspondem a publicações compreendidas entre 2017 e 2024 em periódicos brasileiros¹². Portanto, é possível apontar duas questões: i) o tema do desmonte de políticas públicas na literatura brasileira é recente e, ainda pouco presente no debate acadêmico encontrado nas revistas científicas, a partir das fontes consultadas; ii) o período de publicação dos artigos acompanha o processo político recente no Brasil, o que, em certa medida, tem gerado uma agenda de pesquisa focada na temática.

¹¹ O Latindex (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*) é um sistema de informação dedicado ao registro e difusão de revistas acadêmicas editadas nos países Ibero-americanos: <https://www.latindex.org/latindex/inicio>. Acesso em: 11 dez. 2024.

¹² Relação de periódicos que identificamos nesta pesquisa: *Brazilian Journal of Latin American Studies*; Cad. EBAPE.BR; Cadernos de Pós-graduação; Ciência & Saúde Coletiva; Contexto internacional; Educ. Pesqui.; *El Trimestre Económico*; Estudos Sociedade e Agricultura; Geografares; Grifos; Id Online Revista de Psicologia; Libertas on line; Lua Nova Revista de Cultura e Política; Pedagogia; Políticas Culturais em Revista; Psicologia da Educação; Psicologia: Ciência e Profissão; Psicologia: Ciência e Profissão; Rev. Bras. Educ.; Rev. bras. saúde ocupacional; Rev. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento; Rev. Brasileira de Saúde Ocupacional; Rev. *Ciudades, Estados y Política*; Revista da Administração Pública (RAP); Rev. da Anpege; Rev. de Gestão e Secretariado; Rev. de Políticas Públicas; Rev. de Políticas Públicas e Gestão Educacional (Poliges); Rev. Ecopos; Rev. Katálysis; Rev. Linhas; Rev. Mosaico - Rev. de História; Rev. NEPA; Rev. Prelúdios; Rev. Videre; Serviço Social em Rev.; Trabalho, Educação e Saúde (TES); UniLetras.

Gráfico 1. Quantidade de artigos selecionados por ano de publicação (2017–2024)



Fonte: elaboração própria (2024).

No caso brasileiro, destacamos que a presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) sofreu impeachment/golpe (jurídico, parlamentar e midiático) em 2016, sendo que o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), assumiu a presidência nesse mesmo ano. Durante a presidência de Temer, cabe destacar a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95 que impôs um teto ao aumento dos investimentos públicos pelos próximos 20 anos. Esta medida teve impacto na construção do orçamento público, especificamente, pela limitação na capacidade de investimento e incentivo ao crescimento econômico e à promoção do bem-estar social (Rossi; Dweck; Oliveira, 2018). De certa forma, o orçamento público é construído sem uma equalização dos desequilíbrios históricos, como o peso da dívida pública, economias informais, sistemas tributários regressivos e outros (Nicolás; Gaitán, 2021). Outra medida a ser destacada foi a Reforma Trabalhista em 2018 que trouxe mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao retirar direitos fundamentais dos trabalhadores, o que apenas tem agravado a crise de desemprego e renda no país¹³.

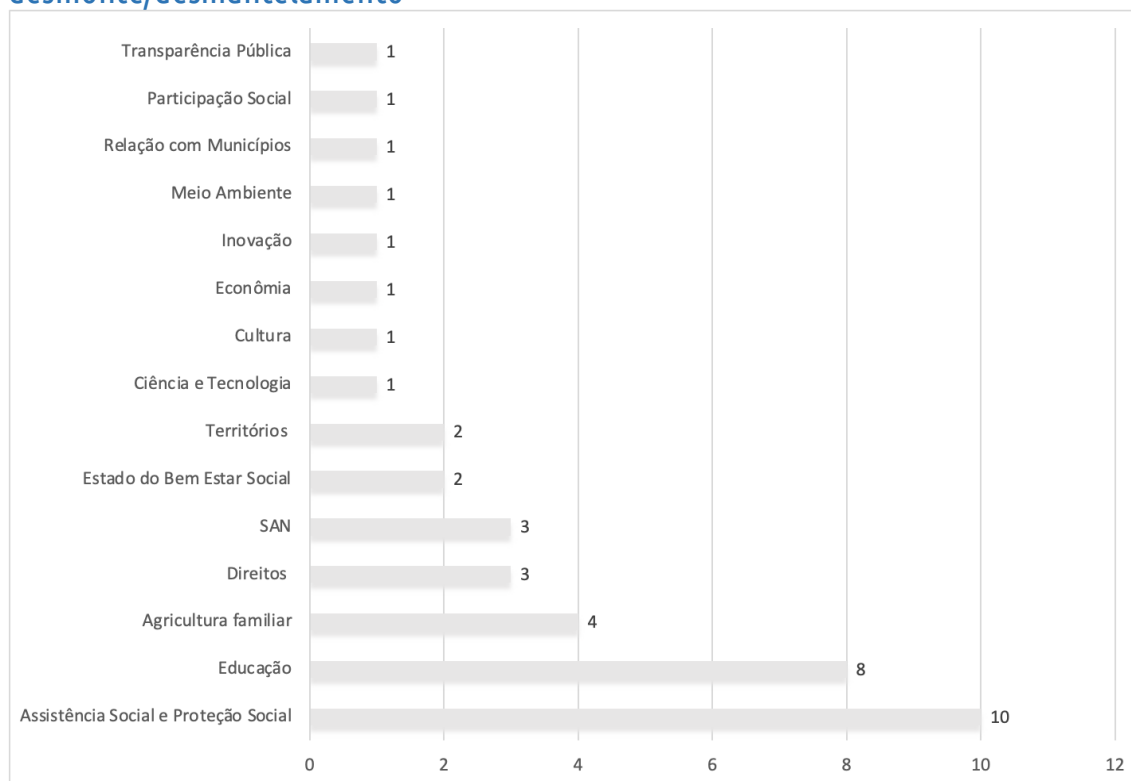
Na sequência, em 2019, o governo de Jair Bolsonaro assumiu a presidência, pautado pela lógica de reverter direitos e desmontar arranjos institucionais construídos de forma incremental, a partir da reforma da Constituição, em 1988 no Brasil (Arretche; Marques; Faria, 2019). Na área ambiental, foram promovidas alterações na estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), houve enfraquecimento da capacidade de fiscalização e de imposição de sanções de órgãos ambientais, especialmente na região da Amazônia, que sofreu com desmatamento e incêndios em níveis recordes (Brzezinski, 2021).

¹³ Para um aprofundamento dos impactos sociais, jurídicos e econômicos da reforma trabalhista, consultar Filgueiras, Lima e Souza (2019) e Krein, Oliveira e Filgueiras (2019a; 2019b).

Em meio ao desmonte em suas quatro tipologias — ativo, por padrão, de arena e simbólico — que ocorria nas políticas públicas brasileiras, para inúmeras áreas, a situação da crise sanitária, social e econômica gerada pela pandemia da Covid-19 impôs ao governo federal relaxar medidas de restrição de gastos: “[...] Medidas fiscais substantivas foram adotadas — ou enfiadas goela abaixo pelo Congresso —, provocando um curto-circuito no bolsonarismo” (Carvalho, 2020, p. 11). No início da pandemia, foi aprovado um orçamento especial, a Emenda Constitucional nº 106, que propiciou gastos do governo federal no enfrentamento da Covid-19, especificamente, este gasto foi separado do Orçamento Geral da União. Portanto, a descrição da realidade brasileira recente, nos termos das restrições econômicas, demanda por austeridade fiscal, descontinuidade de políticas públicas, evidencia um cenário propício para debater a temática do desmonte e da mudança discutida aqui.

Entre os 40 artigos identificados que mencionam os termos selecionados na pesquisa (ver Gráfico 2), a grande maioria se refere ao desmonte de políticas de assistência social e proteção social, desmonte de políticas voltadas à educação, à educação do campo e inclusiva; desmonte de políticas voltadas à agricultura familiar; aos direitos do trabalhador, da população de rua e comunidade LGBTQ+, e da população de quilombolas; ao desmonte de políticas voltadas à soberania e à segurança alimentar e nutricional (SAN); às estruturas do Estado de bem-estar social brasileiro e sua burocracia; desmonte da política territorial, que também atendia áreas rurais. O tema do desmonte da política de ciência e tecnologia, política cultural, política econômica, política de inovação, política ambiental, política da relação com municípios e política de transparência pública aparecem uma vez cada. Constatamos que os artigos identificados estão, em alguma medida, denunciando um processo de desmonte do Estado nacional brasileiro, em suas mais diferentes áreas, com implicações ainda não analisadas em sua totalidade.

Gráfico 2. Quantidade de artigos selecionados por temas que vinculam a ideia de desmonte/desmantelamento



Fonte: elaboração própria (2024).

Os artigos selecionados estão publicados em 38 revistas acadêmicas, das mais diferentes áreas (listadas na nota de rodapé 6). A partir da descrição do escopo das revistas em seus sites, identificamos as áreas que estão vinculadas, sendo necessário dizer que muitas delas mencionam mais de uma área. As revistas mencionam receber artigos sobre temas da área da Educação (7 artigos); Ciências Sociais (6 artigos); Saúde (4 artigos); Psicologia e Serviço Social, com 3 artigos cada; Geografia e Políticas Públicas, com 2 artigos cada. Revistas das áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Administração; Administração Pública; Cidades, Política e Economia; Comunicação Social; Direito, Ciência Política e Relações Internacionais; Economia; Educação e Saúde; Gestão e Secretariado; História; Linguística e Literatura; Multidisciplinar; Relações Internacionais; Saúde e Segurança do Trabalho, apresentaram um artigo cada. Os dados encontrados nos dão um panorama de como a discussão sobre o desmonte e o desmantelamento de políticas brasileiras apareceram em diferentes campos disciplinares, não se restringindo ao debate no campo da política pública, em específico. Embora tenha sido mencionada a área das Ciências Sociais, não encontramos menção à área da Antropologia, em específico.

O DESMONTE DO ESTADO ARGENTINO: UMA TENTATIVA DE EXPLICAR O EFEITO MILEI SOBRE A ESTRUTURA POLÍTICA NACIONAL

Javier Milei, do partido *La Libertad Avanza (LLA)*, assumiu a presidência da Argentina em novembro de 2023. Sua plataforma eleitoral vitoriosa foi fundamentada nos princípios do liberalismo, defesa irrestrita da propriedade privada, liberdade individual, mercados livres de intervenção estatal e livre concorrência. Entre as medidas propostas para impulsionar o desenvolvimento econômico do país, deve ser salientada a redução do gasto público e a disciplina fiscal, uma reforma tributária voltada para a diminuição de impostos e a flexibilização dos contratos trabalhistas, incluindo a eliminação da indenização por justa causa e a redução dos encargos trabalhistas. No âmbito econômico, a plataforma menciona a abertura ao comércio internacional, com a redução de tarifas de importação para insumos estratégicos. Resumidamente, sua plataforma defende ideias neoliberais, a primazia do mercado e a redução do papel do Estado.

O discurso de posse do presidente começou a deixar marcas do que pode ser chamado o “estilo Milei”. Nele, o presidente destacou repetidamente a escassez de recursos do Estado, bem como a necessidade de ajuste fiscal como o único caminho viável para o progresso do país. Milei afirmou: “Não há alternativa ao ajustamento e ao choque. Terá um impacto negativo na atividade, no emprego e no número de pessoas pobres e indigentes. Haverá estagflação, mas não será muito diferente dos últimos 12 anos. Esta é a última bebida ruim para iniciar a reconstrução da Argentina” (La Nación, 2023, p.1, tradução nossa¹⁴).

Milei chegou à presidência sem uma trajetória política robusta, sem alianças significativas, sem uma estrutura partidária nas províncias que pudesse oferecer capilaridade. Inclusive, chegou com um discurso politicamente incorreto de frases com efeito na mídia e nas redes sociais: “A motosserra e a liquidificadora, que são os pilares do ajuste, não se negociam”, “As pessoas detestam e desprezam os políticos”, “O Estado é uma organização criminoso” (Página 12, 2024). Em recente biografia do presidente, o jornalista Tenenbaum (2024) resumiu a janela de oportunidades que Milei conseguiu aproveitar para chegar à Casa Rosada. Basicamente, a chave do sucesso conjugou o desgaste de boa parte da sociedade argentina com um apelo à juventude, bem como a identificação do culpado de todas as desgraças do país, a chamada “casta política detentora de privilégios” (La Gaceta, 2024). O discurso de ira, frustração e o uso do agravo para canalizar o ressentimento passou

¹⁴ No original: “No hay alternativa al ajuste y al shock. Impactará de modo negativo sobre la actividad, el empleo, la cantidad de pobres e indigentes. Habrá estanflación, pero no es algo muy distinto a los últimos 12 años. Este es el último mal trago para comenzar la reconstrucción de la Argentina” (La Nación, 2023, p. 1).

a ser repetido nas apresentações públicas e na rede social Twitter do presidente, que ostenta mais de três milhões de seguidores.

Uma das primeiras medidas econômicas anunciadas pelo Ministro de Economia argentino, Luis Caputo, foi a desvalorização da moeda argentina em mais de 50%. Essa decisão resultou em um aumento expressivo no valor do dólar americano, com o peso argentino, nos primeiros dias de dezembro de 2023, valendo a metade do que valia anteriormente. A medida foi acompanhada pela liberação dos preços da cesta básica, pela revogação de leis que regulavam diversos setores, como o de abastecimento e de aluguéis, pela paralisação de obras públicas, além da redução de subsídios ao transporte e à energia.

Os indicadores socioeconômicos do primeiro trimestre de 2024 são desalentadores e revelam um empobrecimento crescente da maior parte da população argentina. De acordo com o *Observatorio Social de la Deuda Argentina* (OSDA, 2024), referente ao primeiro trimestre de 2024¹⁵, destacam-se os seguintes pontos: i. a análise da renda corrente das famílias indica uma queda do poder aquisitivo (em todos os estratos sociais), com maior intensidade nas camadas médias e mais pobres; ii. aumento do desemprego e escassas oportunidades para compensar a queda real por meio de emprego formal; iii. as únicas fontes de compensação durante o período (apesar de parciais), foram as transferências sociais destinadas aos estratos mais vulneráveis do país; iv. as taxas de indigência e de pobreza estimadas revelam um aumento significativo em comparação com o primeiro trimestre de 2023 (de 8,9% para 19,8% e de 38,8% para 54,6%, respectivamente), o que corresponde a mais de 23 milhões de pessoas em situação de pobreza, das quais haveria mais de 8,4 milhões de indigentes. Evidencia-se, portanto, que os indicadores refletem a crescente precarização das condições de existência da maior parte da sociedade argentina.

Não se pretende realizar aqui uma análise exaustiva de todas as políticas implementadas nos primeiros meses do governo Milei sob a perspectiva da abordagem da *policy dismantling*. No entanto, é evidente que o presidente tem articulado um desmonte ativo do papel do Estado, caracterizado por uma decisão de desmonte com alta visibilidade e fundamentada em referências ideológicas. Essa estratégia reflete a convicção de que o desmonte é a melhor solução para o desenvolvimento da Argentina. As ações de desmonte variam em densidade e intensidade, incluindo a extinção de políticas, o enfraquecimento da capacidade de tomada de decisão em políticas setoriais, recorte orçamentário, a não renovação de contratos de pessoal da administração pública e a extinção de ministérios. Como parte da prerrogativa do Poder Executivo, o Decreto 8/2023 estabeleceu uma redução significativa do número de ministérios, caindo de 18 para 9, eliminando as carteiras

¹⁵ Os resultados estatísticos apresentados neste documento são dos relatórios sobre a Distribuição da Renda do *Instituto Nacional de Estadística y Censos*, elaborados a partir da pesquisa permanente de domicílios (EPH) para 31 aglomerados urbanos.

de Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, Mulher, Gênero e Diversidade, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Territorial e Habitação, Desenvolvimento Social, Transporte, Trabalho, Emprego e Seguridade Social, Turismo e Esportes.

Em um segundo momento, a partir de problemas de gestão, foram extintos os Ministérios de Infraestrutura e de Interior. Os nove ministérios que existem hoje são: Capital Humano, que concentra quatro secretarias de políticas de educação, cultura, trabalho e seguridade social, crianças e adolescentes; Economia; Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto; Segurança; Desregulação e Transformação do Estado; Saúde, Justiça; Defesa e Chefia do Gabinete de Ministros. As gestões presidenciais anteriores a Milei, mantiveram um maior número de ministérios. O presidente Alberto Fernández (Frente de Todos), por exemplo, iniciou seu governo com 20 Ministérios e finalizou o mandato com 18. De outra parte, o gabinete do presidente Macri (Cambiamos) iniciou a gestão com 20 e finalizou com 11 (Gardel, 2023).

Além disso, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação foi absorvido pela Chefia de Gabinetes, enquanto uma área de extrema relevância em tempos de mudança climática, como o meio ambiente, foi fundida com o Ministério do Interior. A área de políticas para mulheres, gênero e diversidade perdeu seu *status* de ministério, e teve suas competências transferidas para uma subsecretaria. Esta última decisão foi justificada pelo governo Milei, em comunicado oficial, alegando que o organismo havia sido utilizado pela administração anterior para fins político-partidários, com o objetivo de promover uma agenda ideológica, contratar militantes e organizar palestras e eventos. Ademais, informou-se, em comunicado público, que havia superposição de funções entre organismos do Estado, envolvendo cerca de 800 funcionários com salários diversos para a administração pública (Infobae, 2024).

Outros organismos foram dissolvidos ou extintos, como o Instituto Nacional de Assuntos Indígenas (INAI), o Instituto Nacional da Juventude (Injuve), o Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (INADI) (Alves, 2024). A tomada de decisão é claramente direcionada às políticas nas quais o governo Milei possui deliberado interesse em desmontar. No entanto, em uma linha contrária ao discurso de redução do Estado, o presidente restabeleceu a Secretaria de Inteligência do Estado (SIDE), vinculada à Presidência, que é o órgão responsável por regular o Sistema de Inteligência Nacional (SIN). Por meio do Decreto 656/2024, foi atribuída uma dotação adicional de 100 mil milhões de pesos argentinos, de caráter reservado.

Embora a prerrogativa presidencial de alterar a estrutura ministerial seja uma prática comum nos sistemas presidencialistas, é relevante ponderar que uma extinção de ministérios, a transferência de funções para outras pastas ou o rebaixamento de políticas setoriais ao *status* de secretarias podem ter impactos significativos. Essas ações podem

afetar a dotação orçamentária, reduzir a capilaridade das políticas e resultar em cortes de pessoal administrativo ou na realocação de servidores para outras áreas.

Em consonância com o desmonte de ministérios e organismos, o governo Milei determinou a não renovação de contratos de servidores públicos que não possuem um vínculo permanente de contratação estatal. Em dezembro de 2023, a dotação total estimada da estrutura organizacional da administração pública nacional era de 341.477 servidores; já para o mês de fevereiro de 2024, a estimativa era de 332.690, o que representa uma redução de quase 10% no número de servidores no Estado nacional (Indec, 2024). A tomada de decisão carece de transparência e planejamento, sem avaliação dos impactos que poderia gerar na entrega de serviços públicos, bem como na gestão administrativa do Estado. Além dos impactos psicológicos recorrentes gerados da instabilidade vivenciada pelos servidores, como relata uma servidora pública, funcionária da Secretaria da Criança, Adolescência e Família: “Estamos vivendo uma situação de terror psicológico” (Centenera, Lambertucci, 2024).

Como apontado, o governo Milei direciona o desmonte para políticas das quais não há interesse em desenvolver. É o caso de programas que afetam setores vulneráveis da sociedade, como os estratos mais pobres da população, os aposentados, a comunidade LGBTI+, e mulheres e jovens. A partir de análise da execução orçamentária da administração nacional realizada pelo Congresso Nacional, em junho de 2024, Gaitán (2024) aponta que o ajuste tem sido constante durante o período, com um pico de 39% em março. Isso representa impactos em programas sociais (-23,5%), em particular, as transferências familiares (-5,8%), aposentadorias e pensões (-23,5%), Bolsas Progresar (60,2%), assistência a refeitórios (-99%) e Potenciar Trabalho (-56%). Também se estende aos subsídios ao transporte (-34,1%) e à energia (-43,6%), o que se refletiu em aumentos desses serviços regulados que impactaram negativamente a renda das pessoas e das famílias. Ainda, o principal programa de emprego, o Potenciar Trabalho, foi alvo de um ataque constante que resultou no desmantelamento do programa. Em uma coerência entre a gramática de ataque a intermediação de programas e as medidas adotadas, o desmonte avança para uma política de “individualização” e “descoletivação” da proteção social, na crença de que a promoção de capital humano é a única via possível para o bem-estar de pessoas e famílias.

Além dos ajustes nas políticas sociais, que impactam diretamente o nível de vida e as condições de existências dos estratos mais vulneráveis da Argentina, as políticas de cuidados estão sendo desmontadas. De acordo com um relatório do *Centro de Estudios Legales y Sociales* (2024), que analisou os primeiros seis meses do governo Milei, constatou-se que, das 47 políticas de cuidados mapeadas, 24 foram revogadas ou desmontadas, outras 16 estão em perigo e apenas 7 permanecem vigentes. O relatório também destaca que o desmonte territorial do Estado se materializa no fechamento de representações federais,

evidenciado pela falta de entrega de alimentos às organizações, pelo fechamento dos Centros de Desenvolvimento Territorial (Ministério de Capital Humano), dos Centros de Acesso à Justiça (Ministério da Justiça), das delegações do programa Aproximar Direitos (Subsecretaria de Proteção contra a Violência de Gênero), entre outros. Um exemplo claro do desmonte ativo perpetrado por Milei é o programa *Acompañar*, cuja execução orçamentária foi reduzida em 80%. Este programa consiste na transferência monetária equivalente a um salário mínimo durante 6 meses consecutivos para mulheres e pessoas LGBTI+ em situação de violência de gênero. Outro caso de desmonte é o Plano Nacional de Prevenção da Gravidez não Intencional na Adolescência (*Plan Enia*). Este plano possui como objetivo sensibilizar a população em geral, especialmente os adolescentes, sobre a importância da prevenção da gravidez não intencional na adolescência, além de facilitar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, garantindo a disponibilidade, a acessibilidade, a qualidade e a aceitabilidade das prestações. Desde sua implementação, em 2018, o *Plan Enia* vinha apresentando resultados positivos, com uma redução de 50% nos índices de gravidez na adolescência. A estratégia do desmonte consistiu no encerramento de contratos e na transferência da responsabilidade de implementação financeira e logística para os estados (Iglesias, 2024).

O contingenciamento de gastos expressa um dos pilares da política de desmonte ativo que o gabinete de governo do partido *La Libertad Avanza* promove. A expressão “*motosierra*” (serra elétrica) usada de modo constante pelo presidente e pelos ministros refere-se, precisamente, ao corte de despesas em todas as áreas de governo, embora seja mais significativo em investimentos sociais que representam uma grande parte do gasto público. Destacamos que, nos momentos iniciais do governo, o presidente conseguiu avançar no contingenciamento dada a significativa ausência de “poderes de veto”, sendo que, mudanças na Câmara e no Senado, que aprovaram uma “recomposição de aposentadorias”, poderiam representar um ponto de inflexão na dinâmica institucional que possibilitou o desmonte. O segundo pilar, a “*licuadora*” (liquidificador) demanda também um desmonte por redução de intensidade de uma certa política ou área pública. Em efeito, significa que os gastos caem (“liquidificam-se”) ao não acompanharem a inflação. Ou seja, não há redução em termos nominais (corte de despesas), mas, em um contexto de alta inflação, o gasto cai de modo significativo levando a um impacto concreto na viabilização de diversas políticas. Um instrumento que contribui para essa prática é a prorrogação do orçamento de 2023 (Decreto 88/2023) em um contexto de alta inflação (211% durante 2023; 263% anualizada ao mês de julho de 2024).

Assim, a política de desmonte que promove o governo combina corte ativo de despesas — ou seja, eliminação ou redução de gastos — com um corte mais sutil; atrás de um aumento nominal, há uma redução do gasto fiscal, que perde significativamente frente à

inflação. A primeira estratégia foi adotada pelo governo no corte de gastos, em particular, em áreas nas quais a legislação vigente ou o jogo político permite maior discricionariedade ao Executivo: transferências para as províncias, subsídios à energia e ao transporte e, em particular, à obra pública, áreas em que as despesas foram reduzidas praticamente a zero. A segunda estratégia, por outra parte, parece ser a escolhida para reduzir o impacto no orçamento público do gasto social e, em particular, salários de funcionários públicos. Em um contexto de dificuldade para avançar em um desmonte ativo da máquina pública, como o que levou a cabo a administração neoliberal de Carlos Menem nos anos 1990, o governo Milei opta por um ajuste “sublimado”, reduzindo o salário real dos servidores públicos. Os dados da Associação de Trabalhadores do Estado (ATE) mostram que, em uma dinâmica de perda acelerada do poder de compra dos salários de todos os trabalhadores, os do setor público — que costumavam não cair frente à inflação — caíram mais de 27% desde o começo da gestão de Milei e 21% entre janeiro e julho. Os principais mecanismos que canalizaram essa política são, de um lado, a demora em convocar negociações paritárias — instrumento que aprova o valor da atualização salarial — e a determinação discricionária de aumentos abaixo da inflação.

As estratégias de desmonte do governo Milei expressam, de um lado, uma tomada de posição em prol de uma redução deliberada da intervenção do Estado em diversas áreas de políticas, defendendo, de modo aberto e ativo, o corte de gastos, a extinção de organismos públicos, a redução do tamanho da burocracia e o desmantelamento de programas e projetos públicos. De outro, convoca-nos a analisar a relação entre um processo de desmonte radical e os “*drivers*” (os condutores) que o fizeram possível; em particular, a relação entre estruturas e agências mediada pelo componente “volitivo-ideacional”. Talvez o mais significativo do processo em andamento (e, por tanto, incerto) seja os graus de liberdade que teve o presidente Milei para avançar com as diversas estratégias de desmantelamento, apesar de contar com uma minoria na Câmara de Deputados (37 entre 257) e na Câmara do Senado (6 entre 72). A radicalidade da gramática “antiestatal” do presidente enfrentou atores políticos com poder de veto em algumas iniciativas de desmonte (em particular, a intenção de privatizar 41 empresas públicas, reduzido a apenas 8 pelo Congresso), mas a anuência de diversos setores políticos para desestruturar o formato de intervenção pública predominante no país. Pode-se inferir uma mudança ideacional dos atores predominantes a respeito da orientação e limites da intervenção estatal? Há um giro à direita em parte do sistema político? Dito de outro modo: a impossibilidade de pôr freios ao processo de desmantelamento do governo Milei deriva dos problemas de coordenação dos atores que se opõem a essas práticas? Ou a uma maior aceitação das ideias que o governo promove entre os atores predominantes? Não se trata de uma questão menor toda vez que, apenas com ausência de poderes de veto, uma política vira “estável”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, discutimos a construção teórica sobre a temática de desmonte de políticas públicas (*policy dismantling*) como um tipo particular de mudança de política pública. Para isso, apresentamos as principais perspectivas teóricas que abordam a mudança como foco de discussão na análise das políticas públicas. Ainda que de forma breve, foi possível discorrer sobre os enfoques que privilegiam o papel dos atores e processo de tomada de decisão — incremental de Charles Lindblom (1959); Múltiplos fluxos de John Kingdon (2014); Equilíbrio interrompido (*Punctuated Equilibrium*) a partir de Frank Baumgartner e Bryan Jones (década de 1990); a perspectiva que focaliza a dimensão cognitiva e ação pública — *Advocacy Coalition Framework* (AFC), disseminada por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (década de 1980); e os paradigmas e níveis de mudança de Peter Hall (1993); e também, a perspectiva neoinstitucionalista — *path dependence* de Mahoney e Thelen (2009); *policy dismantling*, a partir de Adam *et al.* (2007), Bauer (2009), Bauer e Knill (2014).

Na sequência, discutimos com mais detalhe a perspectiva objeto deste estudo, a *policy dismantling*. O modelo analítico prioriza o estudo das condições, estratégias e causas da mudança que não estavam presentes nas discussões teóricas sobre extinção de políticas públicas desenvolvidas nos anos de 1970, quando diferentes políticas sociais que compõem o Estado de bem-Estar social passaram a ser questionadas na Europa. Apresentamos o modelo teórico para analisar empiricamente o desmonte, a partir das dimensões de densidade e intensidade. Logo, descrevemos a tipologia dos tipos de desmonte empreendidos pelos atores políticos, encontrada na literatura. Ainda, a partir de uma série de termos selecionados, foram coletados artigos publicados em periódicos de países latino-americanos nas plataformas Scielo e DOAJ (2000–2024), com o intuito de investigar a construção teórica sobre o desmonte (*policy dismantling*) de política pública na ciência política, e como estes temas têm aparecido nos estudos latino-americanos. Foram encontrados 40 artigos que discorrem sobre a temática entre 2017 e 2024 em periódicos brasileiros.

Notamos que, apesar das plataformas Scielo ou DOAJ terem grande abrangência, há limitações, pois não incluem capítulos de livros, nem mesmo a totalidade das revistas científicas, as quais eventualmente estão indexadas em outras plataformas ou nem mesmo são indexadas. Isso resulta que nosso estudo não necessariamente identificou todas as publicações no período, embora seja um bom mapeamento do cenário do debate da mudança nas políticas públicas e do desmonte. Em 2023, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou o livro “Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas (2016–2022)”, resultado de um projeto de pesquisa em parceria com o Instituto Nacional de Ciência

e Tecnologia em Políticas Públicas (INCT/PPED). Este material apresenta capítulos de pesquisadores de ambas as organizações e autores convidados, analisando processos de mudanças de políticas federais brasileiras em vários setores no período recente, e a abordagem da *policy dismantling* tem certo destaque. Também temos o livro "Desmonte do Estado e Retração da Cidadania: pensando alternativas de proteção social", em que participam os autores deste artigo. Estes e outros capítulos de livro e artigo que temos conhecimento (Zimmermann; Nicolás, 2022; Grisa *et al.*, 2022; Zimmermann; Delgado, 2022), apesar da relevância para o debate, não são contabilizados aqui, pois não atendem o recorte metodológico desta pesquisa. Portanto, algumas considerações podem ser realizadas: i) a necessidade de pesquisar em outras bases de dados e plataformas de indexação das revistas científicas, principalmente que concentrem publicações de revistas de outros países da região, além do Brasil; ii) o período de publicação dos artigos coletados acompanha o processo político recente no Brasil, o que, em certa medida, tem gerado uma agenda de pesquisa focada na temática e, nesse sentido, caberia também ampliar a coleta para artigos apresentados em congressos, dissertações de mestrado e doutorado, capítulos de livros; iii) a baixa discussão teórica sobre a temática de desmonte de políticas públicas nas revistas científicas analisadas, a partir dos referenciais clássicos mencionados neste trabalho. Como verificado, apenas três artigos acionam a literatura discutida sobre mudança de política pública e *policy dismantling*, embora este já apareça em capítulos de livros, conforme já mencionado. É relevante reconhecer que a abordagem a *policy dismantling* é recente no contexto internacional e, ainda, se pensarmos no contexto latino-americano, a obra "*Dismantling Public Policy*" (Bauer *et al.*, 2014), referenciada neste artigo, não possui tradução nas línguas espanhola e portuguesa. Dessa forma, acreditamos que o arcabouço teórico desses autores poderia qualificar as discussões teóricas e empíricas sobre o fenômeno do desmonte de políticas públicas vivenciadas em países latino-americanos, com vastas possibilidades de análise.

Por fim, a breve análise sobre o desmonte do Estado argentino, em vista de uma tentativa de explicar o efeito do governo Milei sobre a estrutura política do país, traz inúmeros dados e detalhes da trágica realidade que afeta a população argentina, nos mais diversos setores. Desde a desvalorização econômica, os cortes orçamentários, a redução dos serviços públicos e dos contratos de trabalho, que têm tido implicações nas mais variadas áreas, como saúde, educação, assistência social, cultura, entre outras. Pensar como as abordagens da mudança na política pública podem auxiliar na compreensão desse desmonte, em particular a *policy dismantling*, é fundamental, já que as mudanças observadas nesse país poderão ter implicações devastadoras, afetando não só o Estado, mas fragilizando toda a sua população.

REFERÊNCIAS

AGUILAR VILLANUEVA, Luis. **Política Pública**: una visión panorámica. Bolívia: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2012.

ARGENTINA. Decreto n.º 8, de 10 de dezembro de 2023. Modificación de la Ley de Ministerios. **Boletín Oficial de la República Argentina**, Buenos Aires, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/300727/20231211>. Acesso: 31 ago. 2024.

ARGENTINA. Decreto n.º 656, de 19 de julho de 2024. Sistema de Inteligencia Nacional. **Boletín Oficial de la República Argentina**, Buenos Aires, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gov.ar/detalleAviso/primera/311041/20240723>. Acesso: 31 ago. 2024.

ADAM, Christian *et al.* The Termination of Public Organizations: Theoretical Perspectives to Revitalize a Promising Research Area. **Public Organiz Rev**, v. 7, p. 221–236, 2007.

ALVES, Julián. Milei profundiza el recorte en los organismos públicos con una orden a sus ministros. **El Cronista**, 2024. Disponível: <https://www.cronista.com/economia-politica/ajuste-milei-profundiza-el-recorte-en-los-organismos-publicos-con-una-orden-a-sus-ministros/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria, Loures. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas [Online]**, n. 83, p. 11–35, 2017.

ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (Org.). **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BARDACH, Eugene. Policy Termination as a Political Process. **Policy Sciences**, v.7, n. 2, p. 123-131, 1976.

BARFIELD, Thomas (Ed.). **Diccionario de antropología**. Barcelona: BellaTerra, 2001.

BAUER, Michael. **The Policy Termination Approach: Critique and Conceptual Perspectives**. Lehrstuhl Politik und Verwaltung. Berlin: Humboldt University, 2009.

BAUER, Michael; KNILL, Christoph. A Conceptual Framework for the Comparative Analysis of Policy Change: Measurement, Explanation and Strategies of Policy Dismantling. **Journal of Comparative Policy Analysis**, v. 16, n. 1, p. 28–44, 2014.

BAUER, Michael *et al.* (Ed.). **Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BERNARDINO, Lorena Torres. El cambio de trayectoria en las políticas públicas. **GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 8, n. 222, p. 547–562, 2021.

BOUSSAGUET, Laurie; JACQOUT, Sophie; RAVINET, Pauline. **Dictionnaire de politiques publiques**. Paris: Presses de Sciences Po., 2019.

BRZEZINSKI, Maria Lúcia. O desmonte do patrimônio ambiental do Brasil: uma política pública do Presidente Bolsonaro. // NICOLÁS, Maria Alejandra; GAITÁN, Flavio Alberto (Org.). **Desmonte do Estado e retração da cidadania: pensando alternativas de proteção social**. Rio de Janeiro: INCT-PPED, 2021. p. 96–151.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. Innovation policy dismantling: strategies and causes in contemporary Brazil. *Revista De Administração Pública*, v. 58, n. 1, p. 1–23, 2024.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, BIB*, n. 61, p. 25–52, 2006.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018.

CARVALHO, Laura. **Curto-circuito: o vírus e a volta do estado**. São Paulo: Todavia, 2020.

CENTENERA, Mar; LAMBERTUCCI, Constanza. Milei despide a 24.000 empleados públicos en Argentina: “Nadie sabe quién será el próximo”. *El País*, 2024. Disponível em: <https://elpais.com/argentina/2024-03-31/milei-despide-a-24000-empleados-publicos-en-argentina-nadie-sabe-quien-sera-el-proximo.html>. Acesso em: 31 ago. 2024.

DE LEON, Peter. Policy Evaluation and Program Termination. *Policy Studies Review*, v. 2, n. 4, p. 631–647, 1983.

DENHARDT, Robert; CATLAW, Thomas. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Centage Learning, 2017.

DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Editora da Unesp/Funesp, 2015.

FERNANDES, Antonin Sérgio Araújo. Path dependency e os Estudos Históricos Comparados. *BIB - Revista Brasileira em Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 53, p. 79–102, 2002.

FILGUEIRAS, Victor, Araujo; LIMA, Uallace, Moreira; SOUZA, Ilan, Fonseca de. Os impactos jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas. *Caderno CRH*, v. 32, p. 231–252, 2019.

FRIEDMAN, Elisabeth, Jay; ROSSI, Felicitas; TABBUSH, Constanza (Coord.). **Género, sexualidad e izquierdas latinoamericanas: el reclamo de derechos durante la marea rosa**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

GAITÁN, Flavio. Triunfo de la extrema derecha en Argentina: su impacto sobre el sistema de protección social. *In: ZICCARDI, Alicia et al. La Cuestión Social en América Latina y el Caribe: Sistemas de protección social en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2024. p. 5–8. Disponível: <https://www.clacso.org/boletin-3-la-cuestion-social-en-america-latina-y-el-caribe/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GARDEL, Lúcia. El nuevo gabinete de Javier Milei: reduce a la mitad los ministerios y concentra en 2 varias áreas. **Chequeando**, 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1WG0OHsrwJUA7L9Us78H7rr2zCaV745YTV5-Tj6xq0A/edit>. Acesso: 31 ago. 2024.

GRISA, Cátia *et al.* **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo André. Paradigms, institutional changes and policy dismantling in the Mercosur specialized meeting of family farming. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 251–282, 2021.

HALL, Peter A. Policy paradigms, social learning, and the state: the case of economic policymaking in Britain. **Comparative Politics**, v. 25, n. 3, p. 275–296, 1993.

HOEFFLER, Catherine *et al.* **Dictionnaire de politiques publiques**. Paris: Presses de Sciences Po, 2019.
HOGWOOD, Brian, W.; PETERS, B. Guy. The dynamics of policy change: policy succession. **Policy Sciences**, v. 14, n. 3, p. 225–45, 1982.

INDEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. Dotación de personal de la administración pública nacional, empresas y sociedades. **Indec**, v. 3, n. 3, p. 1–12, 2024. Disponible em: https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/economia/dotacion_personal_apn_03_24.pdf. Acceso: 27 ago. 2024.

IGLESIAS, Mariana. Desmantelan un plan que en cinco años logró reducir el embarazo en la adolescencia a la mitad. **Clarín**, 2024. Disponible em: https://www.clarin.com/sociedad/desmantelan-plan-anos-logro-reducir-embarazo-adolescencia-mitad_0_XPQiB2m1JO.html?srsId=AfmBOoqU8DvOhESEAMNR0fYtwPVjltW4pITvkdZwMfNivy1duj_BRxBe. Acceso: 31 ago. 2024.

INFOBAE. El Gobierno anunció el cierre definitivo del ex Ministerio de Mujeres. **Infobae**, 2024. Disponible em: <https://www.infobae.com/politica/2024/06/07/el-gobierno-anuncio-el-cierre-definitivo-del-ex-ministerio-de-mujeres/>. Acceso em: 31 ago. 2024.

JANN, Werner; WEGRICH, Kai. Theories of the Policy Cycle. *In*: FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S. **Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods**. Miami: CRC Press, Taylor & Francis Group, 2007. p. 69–88.

KINGDON, John W. **Agendas, Alter natives, and Public Policies**. London: Pearson Education Limited, 2014.

KREIN, José, Dari; OLIVEIRA, Roberto, Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor, Araújo. As reformas trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Caderno CRH**, v. 32, p. 225–229, 2019a.

KREIN, José, Dari; OLIVEIRA, Roberto, Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor, Araújo (orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019b. p. 127–155.

LA NACIÓN. Discurso completo de Javier Milei: así fue su asunción como presidente. **La Nación**, Buenos Aires, 10 dez. 2023. Disponible em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/discurso-completo-de-javier-milei-asi-fue-su-asuncion-como-presidente-nid10122023/>. Acceso: 27 ago. 2024.

LA GACETA. Milei, un presidente improbable. **La Gaceta**, 26 ago. 2023. Disponible em: <https://www.lagaceta.com.ar/nota/1048762/la-gaceta-literaria/milei-presidente-improbable.html>. Acceso: 27 ago. 2024.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociología de la acción pública**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales, 2014.

LINDBLOM, Charles, E. The science of muddling through. **Public Administration Review**, v. 19, n. 2, p. 79–88, 1959.

MA, Janaina; VIEIRA, Diego, Mota. Aprendizado e mudança em políticas públicas: explorando possibilidades no Modelo de Coalizões de Defesa. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 6, p. 1672–1690, 2020.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. **Explaining Institutional Change Ambiguity, Agency, and Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MULLER, Pierre. La producción de las políticas públicas. **INNOVAR - Revista de Ciencias Administrativas y Sociales**, n. 12, p. 65-75, 1998.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**. 7. ed. Paris: PUF, 2008.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política pública como campo multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Coedição Fiocruz e Editora Unesp, 2013.

NICOLÁS, Maria, Alejandra; GAITÁN, Flavio Alberto (Org.). **Desmonte do Estado e Retração da Cidadania: Pensando alternativas de proteção social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2021.

NICOLÁS, Maria Alejandra; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. O Desmonte (*policy dismantling*) no campo da análise das políticas públicas. //: NICOLÁS, Maria, Alejandra; GAITÁN, Flavio (Orgs). **Desmonte do Estado e Retração da Cidadania: pensando alternativas de proteção social**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2021. p. 152–188.

OBSERVATORIO DE LA DEUDA SOCIAL ARGENTINA. **Nota de Investigación 5: La pobreza estructural en la Argentina urbana: perfiles y evolución (2010–2022)**. Buenos Aires: UCA, Pontificia Universidad Católica Argentina, 2024. Disponível em: <https://wadmin.uca.edu.ar/public/ckeditor/Observatorio%20Deuda%20Social/Presentaciones/2024/Observatorio%20Nota%20Investigacion%205%2007.pdf>. Acesso: 29 ago. 2024.

PÁGINA 12. Las 12 frases más impactantes de la entrevista a Milei en TV. **Página 12**, 27 ago. 2023. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/712843-las-12-frases-mas-impactantes-de-la-entrevista-a-milei-en-tv>. Acesso: 27 ago. 2024.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana, Luiza, Matos de (Ed.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

SABATIER, Paul A. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy oriented learning therein. **Policy Sciences**, v. 21, p. 129–168, 1988.

SABOURIN, Eric; CRAVIOTTI, Clara; MILHORANCE, Carolina. The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina. **International Review of Public Policy**, v. 2, n. 1, p. 45–67, 2020.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

TENEMBAUM, Ernesto. **Milei, una historia del presente**. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2024.

TOMAZINI, Carla. As análises cognitivas de políticas públicas: uma agenda de pesquisa. **Revista Política Hoje**, v. 27, n. 1, p. 25–41, 2018.

TOSUN, Jale; SCHNEPF, Julia. Measuring change in comparative policy analysis: concepts and empirical approaches. //: PETERS, B. Guy; FONTAINE, Guillaume (Ed.). **Handbooks of Research Methods and Applications**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2020. p. 167–185.

WEIBLE, Christopher M.; JENKINS-SMITH, Hank. The Advocacy Coalition Framework: An Approach for the Comparative Analysis of Contentious Policy Issues. //: PETERS, B. Guy; ZITTOUN, Philippe (Eds.). **Contemporary Approaches to Public Policy Theories, Controversies and Perspectives**. Palgrave Macmillan, International Series on Public Policy, 2016. p. 15–34.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida; NICOLÁS, Maria Alejandra. O desmonte da participação social nas políticas públicas para a agricultura e espaço rural no Brasil – reflexões metodológicas. //: VALENCIA, Mireya *et al.* (Orgs). **Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 190–209.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida; DELGADO, Nelson Giordano. El desmonte del Sistema Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (sisan) y la garantía del Derecho Humano a la Alimentación en Brasil. **Polis Revista Latino Americana**, v. 22, n. 63, p. 32–51, 2022.

Recebido em 3 de setembro de 2024.
Aprovado em 29 de novembro de 2024.